CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 246/71

Aprovado em 5/7/1971

Homologa o Ato do SEPE-SE que expediu os Certificados n°. 05/71, 06/71, 07/71 e 08/71, Modelo "B", a favor das empresas Indústrias de Parafusos Mapri S/A. Grassi S/A - Indústria e Comércio, S/A de Materiais Elétricos "SAME" e Cia. Brasileira de Medidores, respectivamente.

PROCESSOS: CEBN - n°. a) 03540; b) 03541; c) 03542 e d) 03543.

INTERESSADOS - a) INDÚSTRIA DE PARAFUSOS MAPRI S/A - CAPITAL;
b) GRASSI S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CAPITAL;
c) S/A DE MATERIAIS ELÊTRICOS "SAME" - CAPITAL;
d) COMPANHIA BRASILEIRA DE MEDIDORES - CAPITAL.

ASSUNTO - Renovação de isenção de recolhimento da contribuição do Salário-Educação para o ano de 1970.

CÂMARAS REUNIDAS DO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO.

RELATOR - Conselheiro ELISIÁRIO RODRIGUES DE SOUSA,

É a quarta vez que estes processos vêm às nossas mãos:

1) em 4 de janeiro de 1971» quando, após estudo dos processos acima indicados, solicitei diligência para que fossem esclarecidas algumas dúvidas suscitadas, (fls. 136 a 139) a saber:

"a- não está caracterizada a entidade, órgão ou pessoa proprietária ou mantenedora legal da Escola, e isso é importante, inclusive para determinar a natureza do certificado de isenção a ser expedido;

b - não há notícia no processo de quem é Diretor, professor ou funcionário da Escola, com respectivos títulos ou credenciais, nem dos salários que percebem;

c - não se sabe quem recebe o dinheiro das empresas e o aplica, como e em que condições;

d - não se sabe também onde estudam os filhos dos empregados dessas quatro empresas, uma vez que a Escola esta localizada na Av. N.S. dos Remédios em Osasco, enquanto as empresas têm suas respectivas sedes, todas elas situadas na vila Leopoldina, no Município da Capital;

e - a relação de despesas juntada por cópia a todos processos não contém assinatura de Diretor ou responsável pela Escola, pois está assinada exclusivamente pelo "representante das empresas";

f - essa relação não esclarece, não explica e não convence a natureza das despesas, embora, até por escassez de elementos, não se levante aqui qualquer suspeita ou dúvida sobre a aplicação devida dos recursos financeiros destinados pelas quatro empresas para a manutenção da Escola;

g - a demonstração financeira da Escola - compreendendo o recebimento mensal das contribuições das empresas" e sua discriminada e comprovada aplicação - deveria ser feita, obrigatoriamente, pelo Diretor da Escola, jamais pelo "representante das empresas", como aparece nos documentos."

2) em 20 de fevereiro de 1971, quando, à vista dos no vos elementos apresentados pelas empresas, constatamos não só que eram procedentes aquelas nossas dúvidas, suscitadas em 4 de janeiro, como faltava a apreciação do SEPE em face das situações diferentes em que se colocava as relações entre as empresas e a entidade mantenedora da unida de escolar conveniente;

3) em 25 de maio de 1971» com o novo pronunciamento do SEPE, mas sem a "fala" da Assessoria, que foi reclamada;

4) em 16 de junho de 1971? para parecer final, uma vez que foram satisfeitas as exigências e solicitações dos nossos pronuncia mentos anteriores.

Pelo que se observa, o vai-e-vem destes processos mostram, de início, que se impõe uma revisão urgente no procedimento estabelecido para a elaboração, o exame prévio do SEPE, o exame posterior da Assessoria, como etapas importantes e fundamentais ao parecer final das Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio.

O momento se nos afigura propício para louvar a presteza, o zelo e a eficiência dos trabalhos desenvolvidos pelo SEPE, principalmente agora que participamos também de suas lutas e de suas dificuldades, assim como louvar a eficiência da nossa Assessoria,

Esses louvores, porém, não invalidam a necessidade daquela revisão no procedimento ora adotado, para permitir que os processos sobre "Salário-Educação", venham ao Conselho Estadual de Educação isentos das falhas e das dúvidas levantadas e constatadas como precedentes no es tudo que fizemos destes quatro processos,

Constatou-se, pelo que vimos, que não houve má-vontade, nem qualquer propósito de burla ao cumprimento da legislação específica, por parte das empresas e da entidade de ensino.

O que ocorreu, no caso, foi a falta de orientação prévia e de assistência efetiva durante a formação dos processos, que teriam evitando se constatasse, depois, pela diligência solicitada, que as empresas, de fato e de direito, não mantinham escolas e que, portanto, não podiam receber o Certificado Modelo "A", porque, na realidade, embora sem convênio legal expreso, remuneravam com recursos do "Salario-Edu cação", os serviços de ensino primário mantidos por uma entidade - Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Adolescência.

Os novos documentos juntados aos processos - fls. 156 a 174 - os novos pronunciamentos do SEPE (fls. 176 a 178) e da Assessoria (fls. 179), conduzem-nos às seguintes conclusões:

a) as empresas requerentes de fato não mantêm escola própria, logo não poderiam receber os Certificados de Isenção Modelo "A", que lhes foram expedidos anteriormente;

b) as empresas, agora, mantém convênio (fls. 164 e 165) com a Associação de Proteção à Maternidade, a. Infância e à Adolescência, a que pertence a Escola Nossa Senhora dos Remédios, onde estudam os bolsistas daquelas empresas;

c) foi juntada aos processos respectivos a relação nominal dos seus empregados, com o registro de seus filhos menores em idade de escolar e a indicação da escola onde estão matriculados;

d) a diferença de Cr\$ 9.437.50, que as empresas dizem haver aplicado a mais na escola e que corresponderiam mais 64 bolsas de estudo ou mais 64 crianças estudando no ensino primário gratuito, pode ser aceita desta vez, como fato consumado e de acordo com outras atitudes anteriores destas Câmaras Reunidas do Ensino Primário e Médio, mas jamais poderá ser invocada para justificar procedimentos semelhantes posteriores. Aliás, já nos manifestamos, nesses termos, em outros processos da mesma natureza.

Diante dessas conclusões e considerando ainda que o exame exaustivo destes processos produziu excelentes resultados práticos, somos pela aprovação dos Certificados Modelo "B", que estão anexados aos respectivos processos acima discriminados.

Sala das Sessões das CREPM., em 23 de junho de 1971.

(aa) Conselheiro NELSON CUNHA AZEVEDO - Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Conselheiro ELISIÁRIO RODRIGUES DE SOUSA-Relator

Conselheiro ANTÓNIO DE CARVALHO AGUIAR

Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI

Conselheiro Monsenhor JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO